

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	191.725
Preferenciais	0
Total	191.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.024.515	933.367
1.01	Ativo Circulante	117.328	81.710
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.057	25.882
1.01.02	Aplicações Financeiras	45.005	38.224
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	45.005	38.224
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	45.005	38.224
1.01.03	Contas a Receber	14.150	14.342
1.01.03.01	Clientes	14.150	14.342
1.01.03.01.01	Clientes	2.452	2.640
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	11.698	11.702
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.723	734
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.723	734
1.01.07	Despesas Antecipadas	409	1.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	984	1.194
1.01.08.03	Outros	984	1.194
1.01.08.03.01	Outros créditos	943	1.194
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	40	0
1.01.08.03.03	Creditos com Partes Relacionadas (Controladora)	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	907.187	851.657
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.694	14.207
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	1
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	1
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.694	14.206
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.517	2.356
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	12.177	11.850
1.02.03	Imobilizado	22.643	25.045
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.643	25.045
1.02.04	Intangível	869.850	812.405
1.02.04.01	Intangíveis	869.850	812.405

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.024.515	933.367
2.01	Passivo Circulante	87.329	80.934
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.580	2.490
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.580	2.490
2.01.02	Fornecedores	12.650	12.776
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.650	12.776
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.715	2.687
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.715	2.687
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	2.715	2.687
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	51.270	40.527
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.601	10.480
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18.601	10.480
2.01.04.02	Debêntures	32.669	30.047
2.01.05	Outras Obrigações	15.919	20.312
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	748	1.279
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	665	628
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	83	651
2.01.05.02	Outros	15.171	19.033
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.993	13.485
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	531	590
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.647	4.958
2.01.06	Provisões	2.195	2.142
2.01.06.02	Outras Provisões	2.195	2.142
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	2.195	2.142
2.02	Passivo Não Circulante	694.759	617.300
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	562.452	493.825
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	164.786	104.122
2.02.01.02	Debêntures	397.666	389.703
2.02.02	Outras Obrigações	98.143	95.324
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	83.685	81.158
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	83.685	81.158
2.02.02.02	Outros	14.458	14.166
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	14.458	14.166
2.02.03	Tributos Diferidos	17.038	13.076
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.038	13.076
2.02.04	Provisões	17.126	15.075
2.02.04.02	Outras Provisões	17.126	15.075
2.02.04.02.04	Provisões para construção de obras futuras	7.941	7.941
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	8.478	6.726
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	707	408
2.03	Patrimônio Líquido	242.427	235.133
2.03.01	Capital Social Realizado	191.725	191.725
2.03.01.01	Subscrito	191.725	191.725
2.03.02	Reservas de Capital	142	114
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	142	114
2.03.04	Reservas de Lucros	43.294	43.294

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04.01	Reserva Legal	2.839	2.839
2.03.04.10	Orçamento de Capital	40.455	40.455
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.266	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.428	168.568	79.957	140.326
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-62.264	-105.067	-51.876	-82.103
3.03	Resultado Bruto	31.164	63.501	28.081	58.223
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.717	-7.386	-4.147	-8.607
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.718	-7.385	-4.148	-8.606
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	0	1	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.447	56.115	23.934	49.616
3.06	Resultado Financeiro	-19.779	-40.117	-16.322	-33.531
3.06.01	Receitas Financeiras	1.785	3.365	2.519	5.882
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.564	-43.482	-18.841	-39.413
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.668	15.998	7.612	16.085
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.817	-3.908	-2.488	-5.499
3.08.01	Corrente	-5	9	-887	-2.294
3.08.02	Diferido	-1.812	-3.917	-1.601	-3.205
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.851	12.090	5.124	10.586
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.851	12.090	5.124	10.586
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03052	0,06306	0,02672	0,05521

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	5.851	12.090	5.124	10.586
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.851	12.090	5.124	10.586

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.777	37.684
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	74.315	54.509
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.998	16.085
6.01.01.02	Depreciação e amortização	12.376	11.258
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	2.151	280
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/ notas promissórias, financiamentos, empréstimos e debêntures	39.539	33.075
6.01.01.05	Constituição/atualização monetária de provisão para contingências e depósitos judiciais	347	105
6.01.01.06	Constituição de provisão para manutenção e para construção de obras futuras, líquidas	1.372	833
6.01.01.07	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	433	511
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários - vinculados	-1.189	-2.063
6.01.01.09	Juros sobre contrato de mútuo	3.260	-5.604
6.01.01.10	Prêmio de opções de ações	28	29
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.538	-16.825
6.01.02.01	Clientes	192	1.756
6.01.02.02	Despesas antecipadas	925	759
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-989	-815
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-161	-19
6.01.02.05	Outros créditos	211	-556
6.01.02.06	Fornecedores	-126	2.546
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	90	313
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	28	-282
6.01.02.09	Empresas relacionadas	-531	-90
6.01.02.10	Tributos diferidos	45	0
6.01.02.11	Outras contas a pagar	-1.019	1.969
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	9	-2.378
6.01.02.13	Juros pagos	-23.164	-18.964
6.01.02.14	Pagamento/Reversão de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	-48	-23
6.01.02.15	Pagamento de manutenção e construção de obras	0	-1.041
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-69.570	-45.893
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.378	-2.282
6.02.02	Aquisição de intangível	-66.192	-43.611
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	48.968	-53.778
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-5.919	-2.977
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	74.154	0
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-11.159	-5.075
6.03.06	Pagamento de credor pela concessão	-59	-69
6.03.07	Empresas relacionadas - Mutuo	-733	-45.657
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-7.316	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.175	-61.987
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.882	110.020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.057	48.033

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	28	0	-4.824	0	-4.796
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.824	0	-4.824
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	28	0	0	0	28
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.090	0	12.090
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.090	0	12.090
5.07	Saldos Finais	191.725	142	43.294	7.266	0	242.427

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	29	0	0	0	29
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	29	0	0	0	29
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.586	0	10.586
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.586	0	10.586
5.07	Saldos Finais	191.725	81	21.168	10.586	0	223.560

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	178.229	149.408
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	107.337	100.756
7.01.02	Outras Receitas	4.671	4.302
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	66.221	44.350
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-90.213	-70.216
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-86.666	-65.590
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.547	-4.626
7.03	Valor Adicionado Bruto	88.016	79.192
7.04	Retenções	-12.376	-11.258
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.376	-11.258
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	75.640	67.934
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.365	5.882
7.06.02	Receitas Financeiras	3.365	5.882
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	79.005	73.816
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	79.005	73.816
7.08.01	Pessoal	9.864	9.258
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.832	7.482
7.08.01.02	Benefícios	1.664	1.433
7.08.01.03	F.G.T.S.	368	343
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.569	14.559
7.08.02.01	Federais	7.997	9.334
7.08.02.03	Municipais	5.572	5.225
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	43.482	39.413
7.08.03.01	Juros	24.331	21.473
7.08.03.03	Outras	19.151	17.940
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.090	10.586
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.824	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.266	10.586

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia resultados do 2T13 e 1S13: Receita Líquida cresce 20,1% no 1S13

Itaquaquecetuba, 06 de agosto de 2013 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2013 (2T13) e primeiro semestre de 2013 (1S13). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis n° 11.638/07, n° 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *IFRS (International Financial Reporting Standards)* e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2012 (2T12) e primeiro semestre de 2012 (1S12).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida foi de R\$ 93.428 mil no 2T13, com crescimento de 16,8% e, no 1S13, de R\$ 168.568 mil, crescimento de 20,1%.
- O EBITDA, no 2T13, foi de R\$ 33.802 mil (Margem EBITDA de 36,2%) e de R\$ 68.491 mil (Margem EBITDA de 40,6%) no 1S13.
- O lucro líquido foi de R\$ 5.851 mil no 2T13 e de R\$ 12.090 mil no 1S13, crescimentos de 14,2% em ambos os períodos.

Destaques	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
(em milhares de R\$)						
Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	20.610	19.960	3,3%	41.531	40.865	1,6%
Tarifa Média ¹	2,58	2,46	4,9%	2,58	2,47	4,5%
Receita Líquida	93.428	79.957	16,8%	168.568	140.326	20,1%
Lucro Líquido	5.851	5.124	14,2%	12.090	10.586	14,2%
EBITDA ²	33.802	29.661	14,0%	68.491	60.875	12,5%
Margem EBITDA	36,2%	37,1%	-0,9 p.p.	40,6%	43,4%	-2,8 p.p.
Capex	45.076	33.828	33,3%	69.570	45.893	51,6%

¹ em Reais;

² EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL+Despesas Financeiras Líquidas+Depreciação/Amortização;

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos

Comentário do Desempenho

nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável pela administração de uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

A Ecopistas faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.935 quilômetros de rodovias através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR), Ecosul Rodovias do Sul (RS) e ECO101 (ES), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, o Grupo EcoRodovias é a única holding do setor a ter cinco de suas seis concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental, além das certificações ISO 9001 e OHSAS 18001.

ANÁLISE DO RESULTADO

Desempenho Operacional

O volume tráfego medido pelo conceito de veículos equivalentes pagantes, teve um aumento de 3,3% no 2T13 e 1,6% no 1S13. Os veículos de passeio apresentaram aumento de 2,8% no 2T13 e os veículos comerciais cresceram 4,1% no 1S13, reflexo da recuperação da indústria neste período.

Volume de Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
	Passeio	13.288	12.928	2,8%	27.504	27.008
Comercial	7.322	7.032	4,1%	14.027	13.857	1,2%
Total	20.610	19.960	3,3%	41.531	40.865	1,6%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Tarifa Média (em R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
	Tarifa Média	2,58	2,46	4,9%	2,58	2,47

Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 2T13 foi de R\$ 53.260 mil e de R\$ 107.337 mil no 1S13, crescimentos de 8,2% e 6,5%, respectivamente. As receitas acessórias tiveram crescimento de 10,1% no 2T13 e de 8,6% no 1S13.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
	Receitas de pedágio	53.260	49.201	8,2%	107.337	100.757
Receita de construção ICPC-01	42.625	33.070	28,9%	66.221	44.350	49,3%
Receitas acessórias	2.325	2.112	10,1%	4.671	4.301	8,6%
Total	98.210	84.383	16,4%	178.229	149.408	19,3%

Comentário do Desempenho

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

Receita de Construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 65.982 mil no 2T13 e R\$ 112.452 mil no 1S13, crescimentos de 17,8% e 24,0%, respectivamente, decorrentes, principalmente do custo de construção.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas						
(em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Pessoal	4.985	4.587	8,7%	9.864	9.258	6,5%
Conservação e manutenção	2.352	2.569	-8,4%	4.583	5.309	-13,7%
Serviços de terceiros	4.373	4.250	2,9%	8.951	8.792	1,8%
Poder concedente e seguros	2.305	2.258	2,1%	4.743	4.588	3,4%
Depreciação e amortização	6.355	5.726	11,0%	12.376	11.258	9,9%
Provisão manutenção ICPC 01	1.027	418	145,7%	1.444	833	73,3%
Custo de construção de Obras ICPC 01	42.625	33.070	28,9%	66.221	44.350	49,3%
Locações e outros	1.960	3.146	-37,7%	4.270	6.321	-32,4%
TOTAL	65.982	56.024	17,8%	112.452	90.709	24,0%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

EBITDA

O EBITDA, no 2T13, foi de R\$ 33.802 mil (Margem EBITDA 36,2%) e de R\$ 68.491 mil (Margem EBITDA 40,6%) no 1S13. O EBITDA Ajustado, excluindo a receita de construção do saldo da receita líquida e excluindo o custo de construção e a provisão para manutenção do saldo dos custos dos serviços prestados, totalizou R\$ 34.829 mil no 2T13 e R\$ 69.935 mil no 1S13, com Margem EBITDA Ajustada de 68,6% e 68,3%, respectivamente.

EBITDA Ajustada sem IFRS						
(em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
EBITDA IFRS	33.802	29.661	14,0%	68.491	60.875	12,5%
Receita de construção	(42.625)	(33.070)	28,9%	(66.221)	(44.350)	49,3%
Custos com construção	42.625	33.070	28,9%	66.221	44.350	49,3%
Provisão para manutenção	1.027	418	146,7%	1.444	833	73,3%
EBITDA Ajustado	34.829	30.079	16,0%	69.935	61.708	13,3%
Margem EBITDA Ajustada	68,6%	64,2%	4,4 p.p.	68,3%	64,3%	4,0 p.p.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Lucro Líquido	5.851	5.124	14,2%	12.090	10.586	14,2%
Imposto de renda e contribuição social	1.817	2.489	-27,0%	3.908	5.499	-28,9%
Resultado Financeiro	19.779	16.322	21,2%	40.117	33.531	19,6%
Depreciação e Amortização	6.355	5.726	11,0%	12.376	11.259	9,9%
Amortização de investimentos	-	-	-	-	-	-
EBITDA	33.802	29.661	14,0%	68.491	60.875	12,5%
Margem EBITDA	36,2%	37,1%	-0,9 p.p.	40,6%	43,4%	-2,8 p.p.

Resultado Financeiro

O efeito financeiro líquido no 2T13 foi de R\$ 19.779 mil negativos e de R\$ 40.117 mil negativos no 1S13.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Juros sobre debêntures	(8.866)	(8.531)	3,9%	(17.346)	(17.335)	0,1%
Juros sobre financiamentos	(4.163)	(2.034)	104,7%	(6.985)	(4.138)	68,8%
Variação monetária sobre debêntures e financiamentos	(5.884)	(5.515)	6,7%	(14.367)	(11.041)	30,1%
Receita sobre aplicação financeira	1.830	2.519	-27,4%	3.365	5.882	-42,8%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(189)	(255)	-25,9%	(379)	(511)	-25,8%
Outros efeitos financeiros	(2.507)	(2.506)	0,0%	(4.405)	(6.388)	-31,0%
TOTAL	(19.779)	(16.322)	21,2%	(40.117)	(33.531)	19,6%

Endividamento

Em 30 de junho de 2013, a dívida líquida da Ecopistas somou R\$ 501.483 mil, 9,4% superior a dezembro de 2012.

Endividamento (em milhares de R\$)	30/06/2013	31/12/2012	Var.	Taxas	Vencimento
BNDDES	183.387	114.602	60,0%	TJLP+2,45% a.a	jun-21
Debêntures – 1ª emissão	430.335	419.750	2,5%	IPCA+8,25%	jan-23
Dívida Bruta	613.722	534.352	14,9%		
Caixa e equivalentes de caixa	55.057	25.882	112,7%		
Aplicação financeira vinculada (**)	57.182	50.074	14,2%		
Dívida Líquida	501.483	458.396	9,4%		

(**) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Comentário do Desempenho

Capex

Os investimentos realizados na Ecopistas no 1S13 totalizaram R\$ 69.570 mil, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pela concessionária.

CAPEX (em milhões de R\$)	2T13			2T12			Var. 1S13*1S12
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Ecopistas	45.076	-	45.076	33.828	-	33.828	33,3%

CAPEX (em milhões de R\$)	1S13			1S12			Var. 2T13*2T12
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	
Ecopistas	69.570	-	69.570	45.893	-	45.893	51,6%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/A foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2013: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 45,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores.

As informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, para o semestre findo em 30 de junho de 2013 foram autorizadas para emissão pela Diretoria, após apreciação pelo Comitê de Auditoria, em 5 de agosto de 2013.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas no dia 15 de março de 2013 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

Notas Explicativas

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

<u>Balanço Patrimonial</u>	<u>Originalmente divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Reapresentado</u>
<u>Ativo</u>			
<u>Circulante</u>			
Títulos e valores mobiliários	-	38.224	38.224
<u>Não Circulante</u>			
Títulos e valores mobiliários	50.074	(38.224)	11.850
	50.074	-	50.074

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

No semestre findo em 30 de junho de 2013, novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e IASB entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e concluiu não haver efeitos significativos sobre os valores reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos	1.995	1.997
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	51.795	3.826
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	<u>1.267</u>	<u>20.059</u>
	<u>55.057</u>	<u>25.882</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “renda fixa – crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato e sem o risco de mudança significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 61,6% em Certificado de Depósito Bancário - CDB, 34% em Operações Compromissadas, 2,6% em Letra Financeira - LF e 1,8% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

Notas Explicativas

- b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDBs, remunerados à taxa de 75,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de junho de 2013, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$616 (R\$885 em 31 de dezembro de 2012).

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários no não circulante, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo de Investimentos (a)	45.005	38.224
Poupança (b)	<u>12.177</u>	<u>11.850</u>
	<u>57.182</u>	<u>50.074</u>
Circulante	<u>45.005</u>	<u>38.224</u>
Não circulante	<u>12.177</u>	<u>11.850</u>

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados a taxas de 100,4% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal (vide notas explicativas nº 14 e nº 15).
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA. Em 30 de junho de 2013 a Companhia possui um saldo de R\$12.061 (R\$11.850 em 31 de dezembro de 2012) registrado sob a rubrica "Outras Contas a Pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

6. CLIENTES

A rubrica Arrendamento de áreas refere-se a faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acesso e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pedágio eletrônico - partes relacionadas (*)	11.698	11.702
Pedágio eletrônico - outros	425	728
Cupons de pedágio	290	237
Arrendamento de áreas	<u>1.737</u>	<u>1.675</u>
	<u>14.150</u>	<u>14.342</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. Vide nota explicativa nº 16.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
A vencer	13.077	14.312
Vencidos:		
Até 30 dias	1	28
De 31 a 60 dias	1	2
De 61 a 90 dias	1	-
De 91 a 180 dias	<u>1.070</u>	<u>-</u>
	<u>14.150</u>	<u>14.342</u>

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.545	570
Outros	<u>178</u>	<u>164</u>
	<u>1.723</u>	<u>734</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 30 de junho de 2013 é de R\$409 (R\$1.334 em 31 de dezembro de 2012) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide nota explicativa nº 29.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	2.356	25
Adições	79	29
Baixas	(3)	(12)
Atualização monetária	<u>85</u>	<u>2</u>
Saldo final	<u>2.517</u>	<u>44</u>

10. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>19.161</u>	<u>385</u>	<u>884</u>	<u>233</u>	<u>909</u>	<u>21.572</u>
Adições	2.068	69	12	-	133	2.282
Depreciações	<u>(2.765)</u>	<u>(27)</u>	<u>(52)</u>	<u>(4)</u>	<u>(28)</u>	<u>(2.876)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>18.464</u>	<u>427</u>	<u>844</u>	<u>229</u>	<u>1.014</u>	<u>20.978</u>

Taxas médias anuais de depreciação - %

20,0	10,0	10,0	6,0	10,0
------	------	------	-----	------

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>19.042</u>	<u>395</u>	<u>801</u>	<u>225</u>	<u>4.582</u>	<u>25.045</u>
Adições	3.173	14	73	-	118	3.378
Baixa	-	-	-	-	(2.151)	(2.151)
Depreciações	<u>(3.400)</u>	<u>(32)</u>	<u>(55)</u>	<u>(4)</u>	<u>(138)</u>	<u>(3.629)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>18.815</u>	<u>377</u>	<u>819</u>	<u>221</u>	<u>2.411</u>	<u>22.643</u>

Taxas médias anuais de depreciação - %

20,0	10,0	10,0	6,0	10,0
------	------	------	-----	------

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não haviam bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>720.901</u>	<u>280</u>	<u>602</u>	<u>721.783</u>
Adições	43.588	-	23	43.611
Baixas	-	(280)	-	(280)
Amortizações	<u>(8.292)</u>	<u>-</u>	<u>(90)</u>	<u>(8.382)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>756.197</u>	<u>-</u>	<u>535</u>	<u>756.732</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>811.925</u>	<u>-</u>	<u>480</u>	<u>812.405</u>
Adições	66.180	-	12	66.192
Amortizações	<u>(8.652)</u>	<u>-</u>	<u>(95)</u>	<u>(8.747)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>869.453</u>	<u>-</u>	<u>397</u>	<u>869.850</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, à partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 30 de junho de 2013 é de 2,30% (2,18% em 31 de dezembro de 2012).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	707	408
Efeitos Regime Tributário de Transição - RTT	(52.366)	(39.540)
Prejuízo Fiscal	1.656	-
Outras adições e exclusões	<u>(109)</u>	<u>672</u>
	(50.112)	(38.460)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total	<u>(17.038)</u>	<u>(13.076)</u>
Ativo diferido	<u>4.848</u>	<u>3.243</u>
Passivo diferido	<u>(21.886)</u>	<u>(16.319)</u>
Passivo diferido, líquido	<u>(17.038)</u>	<u>(13.076)</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.998	16.085
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(5.439)	(5.469)
Juros sobre o Capital Próprio	1.640	-
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(109)</u>	<u>(30)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(3.908)	(5.499)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	9	(2.294)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(3.917)	(3.205)

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	923	978
Cofins	557	590
PIS	121	128
ISS na fonte	439	337
Outros	<u>675</u>	<u>654</u>
	<u>2.715</u>	<u>2.687</u>

Notas Explicativas

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Em moeda nacional- BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	<u>183.387</u>	<u>114.602</u>
Circulante			<u>18.601</u>	<u>10.480</u>
Não circulante			<u>164.786</u>	<u>104.122</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Saldo inicial	114.602	96.764
Adições	74.154	-
Encargos financeiros	6.985	4.138
Pagamento principal	(6.879)	(5.075)
Pagamento de juros	<u>(5.475)</u>	<u>(4.161)</u>
Saldo final	<u>183.387</u>	<u>91.666</u>

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R\$99.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. O 2º subcrédito foi liberado em novembro de 2012 no valor de R\$27.999, a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2014 a junho de 2023, em 114 parcelas. Em janeiro de 2013 foram liberados mais dois subcréditos, o primeiro no valor de R\$ 10.379 com amortização mensal de janeiro de 2016 a junho de 2025, em 114 parcelas, e o segundo no valor de R\$33.495, com amortização mensal de fevereiro de 2013 a junho de 2023, em 101 parcelas. Em março de 2013 foi liberado um subcrédito de R\$9.169 a ser pago anualmente de julho de 2016 a julho de 2025, em 10 parcelas. Em junho de 2013 foram liberados dois subcréditos, um no valor de R\$ 20.209 com amortização mensal de julho de 2013 a dezembro de 2022 em 114 parcelas e o outro no valor de R\$ 902 que será pago mensalmente de janeiro de 2016 a junho de 2025 em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	9.853	13.097
2015	19.176	13.097
2016	21.352	13.097
2017	21.305	13.097
Posteriores a 2018	<u>93.100</u>	<u>51.734</u>
	<u>164.786</u>	<u>104.122</u>

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Principal corrigido	420.516	411.041
Remuneração (juros)	19.775	19.506
Custos com emissão de debêntures (*)	<u>(9.956)</u>	<u>(10.797)</u>
	<u>430.335</u>	<u>419.750</u>
Circulante	<u>32.669</u>	<u>30.047</u>
Não circulante	<u>397.666</u>	<u>389.703</u>

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2013</u>
Saldo inicial	419.750	412.320
Encargos financeiros	32.554	28.957
Pagamento do principal	(4.280)	-
Pagamento de juros	<u>(17.689)</u>	<u>(20.427)</u>
Saldo final	<u>430.335</u>	<u>420.850</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As séries têm remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Notas Explicativas

Essa operação teve classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2013	1ª série - R\$1.188 2ª série - R\$1.127 3ª série - R\$1.236 4ª série - R\$1.212
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).

Notas ExplicativasDescrição

- b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
- c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).

Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2013			31/12/2012		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2014	7.091	(374)	6.717	13.701	(1.113)	12.588
2015	18.559	(1.473)	17.086	17.929	(1.113)	16.816
2016	22.257	(1.378)	20.879	21.501	(1.113)	20.388
2017	30.816	(1.407)	29.409	29.769	(1.113)	28.656
A partir de 2018	<u>327.611</u>	<u>(4.036)</u>	<u>323.575</u>	<u>316.487</u>	<u>(5.232)</u>	<u>311.255</u>
	<u>406.334</u>	<u>(8.668)</u>	<u>397.666</u>	<u>399.387</u>	<u>(9.684)</u>	<u>389.703</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros trimestralmente conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20, e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		<u>370.000</u>	<u>(12.668)</u>	<u>357.332</u>		

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balanco patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
		<u>circulante</u>	<u>não circulante</u>		<u>circulante e não circulante</u>
		<u>Clientes</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Intangível</u>	<u>Contas a pagar</u>
Circulante:					
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	3
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	-	80
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	1	-	-	665
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas	<u>11.698</u>	=	=	-
		<u>11.699</u>	=	=	<u>748</u>
Não circulante-					
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. - mútuo (b)	Controladora direta	-	-	-	83.685
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	395	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	=	=	<u>2.864</u>	-
		=	=	<u>3.259</u>	<u>83.685</u>
Total em 30 de junho de 2013		<u>11.699</u>	=	<u>3.259</u>	<u>84.433</u>
Total em 31 de dezembro de 2012		<u>11.702</u>	<u>1</u>	<u>4.578</u>	<u>82.437</u>
<u>Demonstração do resultado</u>			<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Despesas financeiras</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta		2.829	1.468	3.260
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (d)	Outras partes relacionadas		<u>3</u>	-	-
Total em 30 de junho de 2013			<u>2.832</u>	<u>1.468</u>	<u>3.260</u>
Total em 30 de junho de 2012			<u>2.673</u>	<u>1.387</u>	<u>5.604</u>

Notas Explicativas

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$8.596, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de junho de 2013, há um saldo em aberto de R\$83.685 (R\$81.158 em 31 de dezembro de 2012), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2014.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$9.192, incluindo o aditivo contratual. Deste total, foram incorridos R\$5.180 e há um saldo de R\$4.012 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”. O saldo a receber de R\$11.698 tem vencimento de até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de junho de 2013, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2013 em R\$923 (R\$858 em 31 de dezembro de 2012).

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Salários e ordenados	238	216
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 21.c)	28	29
Previdência privada	22	17
Participação nos resultados	<u>105</u>	<u>214</u>
	<u>393</u>	<u>476</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a serem realizadas durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 11,99% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	7.682	1.161	-	8.843
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.013)	(328)	-	(2.341)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>525</u>	<u>-</u>	<u>190</u>	<u>715</u>
	<u>6.194</u>	<u>833</u>	<u>190</u>	<u>7.217</u>
Circulante	<u>1.351</u>			<u>3.091</u>
Não circulante	<u>4.843</u>			<u>4.126</u>
	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	8.523	1.943	-	10.466
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.670)	(571)	-	(3.241)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>873</u>	<u>-</u>	<u>380</u>	<u>1.253</u>
	<u>6.726</u>	<u>1.372</u>	<u>380</u>	<u>8.478</u>
Circulante	<u>-</u>			<u>-</u>
Não circulante	<u>6.726</u>			<u>8.478</u>

18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2011</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169		-	13.169
Realização da construção	-	(1.041)	-	(1.041)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.328</u>	<u>-</u>	<u>321</u>	<u>3.649</u>
	<u>12.527</u>	<u>(1.041)</u>	<u>321</u>	<u>11.807</u>
Circulante	<u>12.527</u>			<u>11.807</u>

	<u>31/12/2012</u>	<u>Baixa</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/06/2013</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.087)	-	-	(3.087)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>3.971</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>3.970</u>
	<u>10.083</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>10.136</u>
Circulante	<u>2.142</u>			<u>2.141</u>
Não circulante	<u>7.941</u>			<u>7.941</u>

19. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Parcelas variáveis	<u>531</u>	<u>590</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

20. PROVISÃO PARA PERDAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2012		<u>30</u>	<u>33</u>
(+/-) Complemento (reversão) de provisão		72	25
(-) Pagamentos		(23)	-
(+) Atualização monetária		3	5
Saldos em 30 de junho de 2012		<u>82</u>	<u>63</u>

Notas Explicativas

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º. de janeiro de 2013	281	127	408
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	51	277	328
(-) Pagamentos	(42)	(6)	(48)
(+) Atualização monetária	10	9	19
(+/-) Reclassificações	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>300</u>	<u>407</u>	<u>707</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de junho de 2013 no montante de R\$3.349(R\$2.405 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de junho de 2013 o montante de R\$4.252 (R\$1.480 em 31 de dezembro de 2012), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado o Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

Notas Explicativas

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 75.592 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	16.489	28.516	30.587
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de junho de 2013, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$28 (R\$29 em 30 de junho de 2012).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

	<u>1ª outorga</u>	<u>2ª outorga</u>	<u>3ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2009	=	=	=	=
Outorgadas	<u>16.489</u>	-	-	<u>16.489</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>16.489</u>	=	=	<u>16.489</u>
Outorgadas	-	<u>28.516</u>	-	<u>28.516</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>16.489</u>	<u>28.516</u>	=	<u>45.005</u>
Outorgadas	-	-	<u>30.587</u>	<u>30.587</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>16.489</u>	<u>28.516</u>	<u>30.587</u>	<u>75.592</u>
Outorgadas	-	-	-	-
Exercidas	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2013	<u>16.489</u>	<u>28.516</u>	<u>30.587</u>	<u>75.592</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	13,64	18.899	9,07	171	11 meses
2015	14,58	14.776	6,15	91	23 meses
2016	14,47	<u>7.647</u>	2,79	<u>21</u>	35 meses
		<u>41.322</u>		<u>284</u>	

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou

Notas Explicativas

permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 ações ordinárias.

Em 05 de junho de 2013, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Terceiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 06 de junho de 2013.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 200.669.081 ações ordinárias em circulação no mercado.
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.700.000 ações ordinárias.

A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 543.576 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de junho de 2013, de R\$15,66. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de junho de 2013, é de R\$8.512.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2013 no valor de R\$7.316 refere-se a: R\$1.713 saldo de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de 2010, aprovado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011; R\$4.880 saldo de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de 2011, aprovado na Assembléia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2012; R\$723 de juros sobre o capital próprio do exercício de 2013, calculados conforme segue:

Notas Explicativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo acumulado	-	-	-	(2.477)
Lucro líquido do exercício	12.090	29.018	20.548	9.690
Constituição da reserva legal	<u>-</u>	<u>(1.451)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(361)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>12.090</u>	<u>27.567</u>	<u>19.521</u>	<u>6.852</u>
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>723</u>	=	=	=
Saldo de dividendos	<u>11.367</u>	<u>27.567</u>	<u>19.521</u>	<u>6.852</u>
Dividendos pagos em 2013	=	=	4.880	1.713
Constituição de Orçamento de Capital conforme AGO de 25 de abril de 2013	=	<u>20.675</u>	<u>14.641</u>	<u>5.139</u>

22. RECEITA LÍQUIDA

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	42.521	41.206
Pedágio por equipamento eletrônico (c)	61.153	55.928
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>3.663</u>	<u>3.622</u>
	107.337	100.756
Receita de construção	66.221	44.350
Receitas acessórias (a)	<u>4.671</u>	<u>4.302</u>
Receita bruta	178.229	149.408
Deduções da receita - PIS, Cofins e ISS (b)	<u>(9.661)</u>	<u>(9.082)</u>
Receita líquida	<u>168.568</u>	<u>140.326</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

(c) Referem-se a receita da parte relacionada STP – Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A..

Notas Explicativas**23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Pessoal	9.864	9.258
Conservação e manutenção	4.583	5.309
Serviços de terceiros (a)	8.951	8.792
Seguros (vide nota explicativa nº 29)	1.383	1.436
Poder Concedente (b)	3.360	3.152
Provisão para manutenção	1.444	833
Custos com construção	66.221	44.350
Depreciações e amortizações	12.376	11.258
Locação de imóveis e máquinas	1.074	1.098
Outros custos e despesas operacionais	<u>3.196</u>	<u>5.223</u>
	<u>112.452</u>	<u>90.709</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	105.067	82.103
Despesas gerais e administrativas	<u>7.385</u>	<u>8.606</u>
	<u>112.452</u>	<u>90.709</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

(b) O valor pago ao Poder Concedente foi de R\$3.360 em 2013 (R\$3.152 em junho de 2012).

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.267	5.253
Outras	<u>98</u>	<u>629</u>
	3.365	5.882
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(17.346)	(17.335)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.985)	(4.138)
Variação monetária sobre debêntures	(14.367)	(11.041)
Amortização de custos das debêntures	(841)	(561)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(379)	(511)
Juros sobre contrato de mútuo	(3.260)	(5.604)
Outras	<u>(304)</u>	<u>(223)</u>
	(43.482)	(39.413)
Resultado financeiro, líquido	<u>(40.117)</u>	<u>(33.531)</u>

Notas Explicativas

25. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>12.090</u>	<u>10.586</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>191.725</u>	<u>191.725</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,06</u>	<u>0,06</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na nota explicativa 21.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de junho de 2013, a participação nos lucros e resultados foi de R\$372 (R\$532 em 30 de junho de 2012), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do IPCA, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs e fundos de investimentos, remunerados a taxa média remunerada de 100,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dívida (i)	613.722	534.942
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(112.239)</u>	<u>(75.956)</u>
Dívida líquida	501.483	458.396
Patrimônio líquido (ii)	<u>242.427</u>	<u>235.133</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,07</u>	<u>1,95</u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e debêntures, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

Notas Explicativas

- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2013 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	1.995	1.995
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	14.150	14.150
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	110.244	110.244
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	12.650	12.650
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	183.387	183.387
Debêntures (iv)	Outros passivos financeiros	430.335	508.367
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	531	531

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos foram calculados por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF do dia 28 de junho de 2013, com base nas parcelas a vencer.
- (iv) As debêntures foram calculadas por meio de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, considerando as cláusulas de resgate antecipado, incluso na escritura das debêntures, e conforme Preço Unitário - PU atualizado.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$11.698 (R\$11.702 em 31 de dezembro de 2012), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.</u>	<u>Próximos 12 meses</u>	<u>Entre 13 e 24 meses</u>	<u>Entre 25 e 36 meses</u>	<u>37 meses em diante</u>
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	29.392	31.049	30.792	138.908
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	49.943	53.198	60.483	723.008

TJLP em 28 de junho de 2013 – 5,00%.

IPCA em 28 de junho de 2013 – 6,70%.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período de relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia:

Notas Explicativas

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	7.232	9.035	10.838
Debêntures	Alta do IPCA	(19.154)	(23.930)	(28.701)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(12.304)	(14.280)	(16.235)
Juros a incorrer, líquidos		(24.226)	(29.175)	(34.098)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
IPCA (a)	5,70%	7,17%	8,66%
TJLP (b)	5,0%	6,25%	7,50%

(a) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No semestre findo em 30 de junho de 2013, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$86 (R\$67 em 30 de junho de 2012), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem

Notas Explicativas

responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho de 2013 a junho de 2014	141.060
“All Risk” - responsabilidade civil	Junho de 2013 a junho de 2014	222.465
“All Risk” - danos materiais	Junho de 2013 a junho de 2014	1.962.375
“All Risk” - perda de receita	Junho de 2013 a junho de 2014	222.465
“All Risk” - riscos de engenharia	Junho de 2013 a junho de 2014	56.269

30. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

Notas Explicativas

- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

De acordo com o contrato de concessão firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de março de 2013, todas as parcelas haviam sido quitadas.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	66.221	44.350
Custos de construção	(66.221)	(44.350)
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2013, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>30/06/2013</u>
<u>Natureza dos Custos</u>	<u>Previsão de 2013-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	240.246
Conservação especial	329.999

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Itaquaquecetuba - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício e revisão dos valores correspondentes ao mesmo período do exercício anterior

As informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais, relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 4 de março de 2013, e relatório de revisão datado de 3 de agosto de

